

Odoyá
Transmissora de
Energia S.A.

**Demonstrações Contábeis
Regulatórias em 31 de dezembro
de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	11



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

**Aos Administradores e Acionistas da
Odoya Transmissora de Energia S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Odoya Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Odoya Transmissora de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Odoya Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 4 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Odoya Transmissora de Energia S.A. para cumprir os requerimentos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento e mensuração do ativo Imobilizado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias

Veja as Notas Explicativas 8 e 11 Demonstrações Contábeis Regulatórias

Principal assunto de auditoria

A Companhia possui um contrato de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica e em 31 de dezembro de 2018 apresenta em suas demonstrações contábeis regulatórias, o montante de R\$ 610.577 referente ao seu ativo imobilizado. Esses ativos são mensurados ao custo de aquisição ou construção, A depreciação desses itens é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente, sendo que as taxas anuais de depreciação são determinadas pelo órgão regulador. Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações contábeis regulatórias que influenciam diretamente o resultado operacional e conseqüentemente o patrimônio líquido, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias como um todo, consideramos a mensuração do ativo imobilizado como assunto significativo em nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado. Adicionalmente, obtivemos as movimentações ocorridas no ativo imobilizado ao longo do exercício de 2018, efetuamos testes em bases documentais e, confrontamos com os saldos contábeis. Também, efetuamos o recálculo da depreciação com base nas vidas úteis estimadas de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico ("MCPSE"), confrontando o resultado do referido recálculo com os saldos contábeis. Por fim, obtivemos a análise da Companhia sobre existência de indicadores de redução ao valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa ("UGC"), e, avaliamos se as informações utilizadas para essa avaliação eram razoáveis e consistentes.

Avaliamos ainda a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis regulatórias.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos a mensuração do ativo imobilizado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, relativas ao exercício

findo em 31 de dezembro de 2018.

Outros assuntos

A Odoya Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 25 de abril de 2019.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



José Lulz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Balancos Patrimoniais

Regulatório

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2018	31/12/2017	Passivo	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	50.066	62.121	Fornecedores	12	4.136	11.079
Concessionarias e permissionarias	10	7.562	6.703	Empréstimos e financiamentos	13	21.640	3.939
Impostos a recuperar		1.873	1.046	Obrigações fiscais		1.733	1.892
Outras contas a receber		93	108	Taxas regulamentares		392	189
Despesas Pagas antecipadamente		373	426	Partes relacionadas	19	9.057	57.817
		<u>59.967</u>	<u>70.404</u>			<u>36.958</u>	<u>74.916</u>
Não Circulante				Não Circulante			
Imobilizado	11	610.577	622.150	Empréstimos, Fianciamentos e Debêntures	13	395.936	384.503
Intangível	11	3.008	3.008			<u>395.936</u>	<u>384.503</u>
		<u>613.585</u>	<u>625.158</u>	Patrimônio líquido			
				Capital Social	14	225.501	225.501
				Reserva de Lucros		14.232	6.778
				Lucros Acumulados		925	3.864
						<u>240.658</u>	<u>236.143</u>
Total do Ativo		<u>673.552</u>	<u>695.562</u>	Total Patrimônio líquido		<u>240.658</u>	<u>236.143</u>
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u>673.552</u>	<u>695.562</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações do Resultado do Exercício

Regulatório

Períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida	15	62.959	29.002
Resultado antes dos custos gerenciáveis		62.959	29.002
Custos gerenciáveis parcela "B"	16		
Pessoal		-	(98)
Material		-	(12)
Serviços de terceiros		(7.301)	(5.513)
Outras despesas		(659)	(397)
Despesas com depreciação		<u>(17.907)</u>	<u>(6.650)</u>
		(25.867)	(12.670)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		37.092	16.332
Resultado financeiro	18		
Receitas financeiras		4.051	-
Despesas financeiras		(36.221)	(5.446)
		<u>(32.170)</u>	<u>(5.446)</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		4.922	10.886
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	(407)	-
Lucro Líquido do exercício		<u>4.515</u>	<u>10.886</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do exercício	4.515	10.886
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>4.515</u>	<u>14.448</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Regulatório
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Nota	Reserva de Lucros					Total	
	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Lucro a Realizar	Reserva de Incentivos Fiscais	Prejuízos /Lucros acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	14	110.001	-	-	-	(244)	109.757
Integralização de Capital		115.500	-	-	-	-	115.500
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	10.886	10.886
Destinação de lucros à							
Reserva legal		-	339	-	-	(339)	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	6.439	-	(6.439)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	14	225.501	339	6.439	-	3.864	236.143
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	4.515	4.515
Destinação de lucros à							
Reserva legal		-	1.410	-	-	(1.410)	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	3.105	-	(3.105)	-
Reserva de Incentivos Fiscais		-	-	-	2.939	(2.939)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	14	225.501	1.749	9.544	2.939	925	240.658

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Regulatória
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	4.515	10.886
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	17.907	6.650
Provisões	(4.153)	5.427
Juros apropriados sobre dívidas financeiras	-	22.673
	<u>18.269</u>	<u>45.636</u>
Variações nos ativos e passivos:		
Concessionárias e Permissionárias	(859)	(5.753)
Redução de Partes relacionadas (Reclassificado)	(48.760)	(8.967)
Aumento (redução) outras contas a receber	15	(74)
Aumento (redução) em tributos a recuperar	(827)	(974)
Aumento (redução) em despesas antecipadas	53	(323)
Aumento (redução) em obrigações sociais e trabalhistas	-	(103)
Redução em fornecedores	(2.790)	(3.363)
Aumento em obrigações fiscais	(159)	277
Aumento taxas regulamentares	203	154
Caixa gerado pelas (usado nas) atividades operacionais	<u>(53.124)</u>	<u>(19.125)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>(34.855)</u>	<u>26.511</u>
Atividades de investimentos		
Aquisições de bens do imobilizado	(6.334)	(315.391)
Aquisições de intangível	-	(1.940)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	<u>(6.334)</u>	<u>(317.331)</u>
Atividades de financiamentos		
Aumento de capital, líquido	-	115.500
Empréstimos e financiamentos obtidos	35.612	504.613
Pagamentos de Principal de empréstimos e financiamentos	(2.415)	(23.302)
Pagamentos de Juros de empréstimo e financiamentos	(4.063)	(247.916)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamentos	<u>29.134</u>	<u>348.895</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>(12.055)</u>	<u>58.075</u>
Caixa e equivalente caixa no fim do exercício	50.066	62.121
Caixa e equivalente caixa no início do exercício	62.121	4.045
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>(12.055)</u>	<u>58.076</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto Operacional

A Odoyá Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), controlada pela Cymi Construções e Participações S.A. e o Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de maio de 2014 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1004 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ.

A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

2 Da concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 17/2014 - ANEEL, datado de 5 de setembro 2014, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- SE 500/230 kV Juazeiro da Bahia III;
- SE 230/69 kV Juazeiro da Bahia III (novo pátio 69 kV)
- Seccionamento LT 500 kV Sobradinho - Luiz Gonzaga na SE Juazeiro da Bahia III;
- SE 500/230 kV Morro do Chapéu II (novo pátio 500 kV); (6+1 Res)x300MVA e Compensador Estático (-100/+200)Mvar;
- LT 230 kV Juazeiro da Bahia III - Juazeiro da Bahia II, 4,5 km e
- LT 500 kV Morro do Chapéu II - Sapeaçu, 300 km;

O Contrato de Concessão exige a entrada em operação comercial em no máximo 43 meses após a assinatura do contrato. Atualmente a Companhia encontra-se com 95,80% dos trechos em operação, estando apenas 4,20% em fase de construção. Dos trechos que entraram em operação comercial neste ano de 2017, podemos citar:

- LT 500 kV Morro do Chapéu II - Sapeaçu, SE Moprrro do Chapéu 11 500/230kV - (6+1R) x 300 MVA e Compensador Estático 500kV (-100/+200) Mvar.

A Receita Anual Permitida (RAP) do contrato de Concessão, foi determinada em aproximadamente R\$ 45.569 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA. Com a entrada em operação dos trechos acima citados, a RAP recebida no ano de 2017 foi proporcionalizada aos trechos em operação.

Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.
- Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.
- Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) - O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.
- Ministério de Minas e Energia (MME) - Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 443/2011, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora,

das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

3 Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

4 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis regulatórias para fins de atendimento ao órgão regulador, ANEEL, foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações financeiras societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações regulatórias, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 30 Abril de 2019.

5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

6 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

A seguir são apresentados os principais julgamentos, efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que afetam mais significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis regulatórias.

b. Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros.

c. Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

7 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

8 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou de forma consistente as políticas contábeis descritas abaixo nos exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

a. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

b. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método da taxa de juros efetiva.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método da taxa de juros efetiva.

c. Instrumentos Financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários classificados a valor justo por meio do resultado.

(ii) Empréstimos e recebíveis

Em 31 de dezembro de 2018 os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendiam a conta concessionárias e permissionárias e é mensurado pelo custo amortizado usando o método de juros efetivo, conforme CPC 48/IFRS 9.

d. Redução ao valor recuperável (Impairment)

A cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a ser reconhecidas nos exercícios apresentados.

e. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sem restrição de uso. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos.

f. Concessionárias e Permissionárias

Referem-se aos créditos faturado aos agentes do setor conforme determinações do Operador Nacional do Sistema por meio dos Avisos de Créditos (AVCs) mensais. Parcela destes créditos é reconhecida como redução do ativo financeiro da Companhia, oriundo dos serviços de construção prestados e a parcela remanescente, referente aos serviços de operação e manutenção, é reconhecida no resultado do exercício pela prestação destes serviços.

g. Tributação e encargos regulatórios

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Programa de Integração Social – PIS, respectivamente às alíquotas de 7,60% e 1,65%;

- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL.
- As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa Aneel nº 504/12.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

h. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

i. Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foi constituída provisão para contingências face à inexistência de riscos com fatos geradores incorridos e/ou discussões em andamento que tenham sido avaliadas pela Administração, suportada pelos seus assessores jurídicos, como risco provável de perda. Mediante confirmação de terceiros e avaliação da Administração em conjunto com os especialistas jurídicos não observou-se contingências possíveis que sejam materiais para fins de divulgação.

j. Imobilizado

(i) Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência do contrato operado pela Companhia. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

(ii) Imobilizado em curso

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros líquidos dos rendimentos sobre aplicações financeiras, as variações monetárias, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

k. Intangível

Registrado ao custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	1	1
Bancos	5.806	3.721
Aplicações Financeiras	44.259	58.399
	<hr/>	<hr/>
	50.066	62.121
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

As aplicações estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 66,0% a 100,2% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. Segue abaixo abertura por instituição financeira:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2018	31/12/2017
Banco Santander	CDB	99% CDI	22.355	18261
Caixa Econômica	CDB	100,2% CDI	-	28.255
Banco Bradesco	CDB	95,8% CDI	21.904	-
Banco Itau	CDB	66% CDI	-	11.883
			44.259	58.399

10 Concessionárias e permissionárias

Descrição	Saldo em 2017	Corrente a Vencer	Corrente Vencida			Saldo em 2018
		até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	
Fornecimento de Energia						
Clientes Transmissão	6.703	6.592	814	7	149	7.562
Total	6.703	6.592	814	7	149	7.562

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta fiança bancária.

11 Imobilizado e intangível

A composição do imobilizado é como segue:

Imobilizado - RS Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Ativo Imobilizado em Serviço									
Transmissão									
Terrenos	400	-	-	-	400	-	-	400	400
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	6.941	-	-	-	6.941	-	(372)	6.569	6.800
Máquinas e Equipamentos	560.653	-	-	-	560.653	-	(24.779)	535.874	553.550
Subtotal	567.994	-	-	-	567.994	-	(25.151)	542.843	560.750
Ativo Imobilizado em Curso									
Transmissão									
Terrenos / desapropriações	787	(659)	-	-	128	(659)	-	128	787
A Ratear									
Pessoal	45	-	-	-	45	-	-	45	45
Materiais	12.724	1.869	-	-	14.593	1.869	-	14.593	12.724
Serviços	35.436	5.681	-	-	41.117	5.681	-	41.117	35.436
Outros	4.201	(565)	-	-	3.636	(565)	-	3.636	4.201
Resultado financeiro	7.174	15	-	-	7.189	15	-	7.189	7.174
Adiantamento a fornecedores	592	229	-	-	821	229	-	821	592
Material em depósito	438	(236)	-	-	202	(236)	-	202	438
Administração									
Móveis e utensílios	4	-	-	-	4	-	-	4	4
Subtotal	61.401	6.334	-	-	67.735	6.334	-	67.735	61.401
Total do ativo imobilizado	629.394	6.334	-	-	635.728	6.334	(25.151)	610.577	622.151

Imobilizado - RS Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas	Depreciação Acum.	Valor Líquido	Valor Líquido
----------------------	---------------------------	-------------	------------	-------------	---------------------------	------------------	-------------------	---------------	---------------

Odoyá Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações Contábeis Regulatórias em
31 de dezembro de 2018

					= (A)- (B)+(C)		em 31/12/2017	em 31/12/2016	
Ativo Imobilizado em Serviço									
Transmissão									
Terrenos	400	-	-	-	400	-	400	400	
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2.239	4.702	-	-	6.941	4.702	(141)	6.800	2.214
Máquinas e Equipamentos	48.528	512.125	-	-	560.653	512.125	(7.103)	553.550	47.959
Subtotal	51.167	516.827	-	-	567.994	516.827	(7.244)	560.750	50.573
Ativo Imobilizado em Curso									
Transmissão									
Terrenos / desapropriações	3.044	(2.257)	-	-	787	(2.257)	-	787	3.044
A Ratear									
Pessoal	783	(738)	-	-	45	(738)	-	45	783
Materiais	41.367	(28.643)	-	-	12.724	(28.643)	-	12.724	41.367
Serviços	124.586	(89.150)	-	-	35.436	(89.150)	-	35.436	124.586
Outros	5.590	(1.389)	-	-	4.201	(1.389)	-	4.201	5.590
Resultado financeiro	23.280	(16.106)	-	-	7.174	(16.106)	-	7.174	23.280
Adiantamento a fornecedores	64.183	(63.591)	-	-	592	(63.591)	-	592	64.183
Material em depósito	-	438	-	-	438	438	-	438	-
Administração									
Móveis e utensílios	4	-	-	-	4	-	-	4	4
Subtotal	262.837	(201.436)	-	-	61.401	(201.436)	-	61.401	262.836
Total do ativo imobilizado	314.003	315.391	-	-	629.394	315.391	(7.244)	622.150	313.409

Odoyá Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações Contábeis Regulatórias em
31 de dezembro de 2018

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Ativo Intangível em Serviço									
Servidões	1.985	-	-	-	1.985	-	-	1.985	1.985
Subtotal	1.985	-	-	-	1.985	-	-	1.985	1.985
Ativo Intangível em Curso									
Depósitos judiciais	1.023	-	-	-	1.023	-	-	1.023	1.023
Subtotal	1.023	-	-	-	1.023	-	-	1.023	1.023
Total do intangível	3.008	-	-	-	3.008	-	-	3.008	3.008
Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Ativo Intangível em Serviço									
Servidões	107	1.878	-	-	1.985	1.878	-	1.985	107
Subtotal	107	1.878	-	-	1.985	1.878	-	1.985	107
Ativo Intangível em Curso									
Depósitos judiciais	961	62	-	-	1.023	62	-	1.023	961
Subtotal	961	62	-	-	1.023	62	-	1.023	961
Total do intangível	1.068	1.940	-	-	3.008	1.940	-	3.008	1.068

Composição Depreciação

Composição Depreciação		2018			2017
	Taxas Anuais Médias de Depreciação	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço					
Transmissão					
Custo Histórico	3,68%	567.994	(25.151)	542.843	560.750
		567.994	(25.151)	542.843	560.750
Em Curso					
Transmissão					
Custo Histórico	N/a	67.731	-	67.731	61.396
Administração					
Custo historico	N/a	4	-	4	4
		67.735	-	67.735	61.400

As principais taxas de anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015, que foi revogada pela resolução No. 674/2015, são as seguintes:

Taxas anuais de depreciação (%)

Transmissão	
Banco de Capacitores	5,88
Barramento	2,5
Condutor	2,7
Disjuntor	3,03
Estrutura (Poste, Torre)	2,7
Transformador	3,3

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações sejam depositadas em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As principais transferências para o imobilizado em serviço em função da unitização (pelo critério de valor) no exercício foram:

Descrição do bem	em R\$ mil
1 CABO CONDUTOR CAL 1120 selenium	157.671
2 TRANSFORMADOR DE FORÇA	93.605
3 COMPENSADOR DE REATIVOS	69.610
4 REATOR (OU RESISTOR)	49.135
5 ESTRUTURA(POSTE, TORRE)	48.378
6 BANCO DE CAPACITORES PARALELOS	15.219
7 TRANSFORMADOR DE MEDIDA	13.622
8 ESTRUTURA SUPORTE DE EQUIPAMENTO E DE BARRAMENTO	13.049
9 SISTEMA DE PROTEÇÃO, MEDIÇÃO E AUTOMAÇÃO	10.339
10 SISTEMA DE ATERRAMENTO	8.342

A Companhia não apresentou baixas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

12 Fornecedores

	31/12/2018	31/12/2017
Materiais	15	2.625
Serviços	190	215
Provisões (i)	3.893	8.047
Outros	38	191
	4.136	11.079

- (i) A composição desta rubrica refere-se basicamente a provisão de compra de equipamentos, e adicionalmente a companhia faz desapropriações para passagens das linhas de transmissão e servidões em geral, conjunto de ações necessárias para início e manutenção das operações comerciais.

13 Financiamentos

a. Abertura do endividamento

Instituição / Linha Credora	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Index/Juros	Spread % a.a	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencido Final	Frequência Amortização
Emp./ Financ/ Debêntures Moeda Nacional													
BNDES Subcrédito - A	5	1.564	1.569	SIM	26/09/2017	Fiança Bancária e Recebíveis	TJLP	1,98%	15/01/2019	Mensal	15/01/2019	15/08/2031	Mensal
BNDES Subcrédito - B	-	7.375	7.375	SIM	26/09/2017	Fiança Bancária e Recebíveis	TJLP	1,98%	15/01/2019	Mensal	15/02/2019	15/01/2033	Mensal
BNDES Subcrédito - C	-	314	314	SIM	26/09/2017	Fiança Bancária e Recebíveis	TJLP	1,98%	15/03/2019	Mensal	15/04/2019	15/03/2033	Mensal
BNDES Subcrédito - D	-	824	824	SIM	26/09/2017	Fiança Bancária e Recebíveis	TJLP	1,98%	15/01/2019	Mensal	15/01/2019	15/07/2032	Mensal
BNDES Subcrédito - E	-	474	474	SIM	26/09/2017	Fiança Bancária e Recebíveis	TJLP	1,98%	15/01/2019	Mensal	15/01/2019	15/08/2031	Mensal
BNDES Subcrédito - F	-	2.226	2.226	SIM	26/09/2017	Fiança Bancária e Recebíveis	TJLP	1,98%	15/01/2019	Mensal	15/02/2019	15/01/2033	Mensal
BNDES Subcrédito - G	-	95	95	SIM	26/09/2017	Fiança Bancária e Recebíveis	TJLP	1,98%	15/03/2019	Mensal	15/04/2019	15/03/2033	Mensal
BNDES Subcrédito - H	-	249	249	SIM	26/09/2017	Fiança Bancária e Recebíveis	TJLP	1,98%	15/01/2019	Mensal	15/08/2019	15/07/2032	Mensal
Debêntures - Banco Itaú	8.514	-	8.514	SIM	12/12/2017	Pênhor de Ações e Cessão Fiduciária dos direitos creditórios	IPCA	6,80%	15/03/2019	Final Contrato	-	15/09/2030	Final Contrato
Emp./ Financ/ Debêntures Moeda Nacional	8.519	13.121	21.640										

Odoyá Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações Contábeis Regulatórias em
31 de dezembro de 2018

Instituição / Linha Credora	Juros de Longo Prazo	Principal de Longo Prazo	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Index/ Juros	Spread % a.a	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencido Final	Frequência Amortização
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures Moeda Nacional													
BNDES Subcrédito - A	98	30.672	30.771	SIM	26/09/2017	Fiança Bancária e Recebíveis	TJLP	1,98%	15/01/2019	Mensal	-	15/08/2031	Mensal
BNDES Subcrédito - B	3.059	184.729	187.787	SIM	26/09/2017	Fiança Bancária e Recebíveis	TJLP	1,98%	15/01/2019	Mensal	-	15/01/2033	Mensal
BNDES Subcrédito - C	30	9.875	9.904	SIM	26/09/2017	Fiança Bancária e Recebíveis	TJLP	1,98%	15/03/2019	Mensal	-	15/03/2033	Mensal
BNDES Subcrédito - D	64	18.756	18.820	SIM	26/09/2017	Fiança Bancária e Recebíveis	TJLP	1,98%	15/01/2019	Mensal	-	15/07/2032	Mensal
BNDES Subcrédito - E	30	9.273	9.302	SIM	26/09/2017	Fiança Bancária e Recebíveis	TJLP	1,98%	15/01/2019	Mensal	-	15/08/2031	Mensal
BNDES Subcrédito - F	928	55.754	56.682	SIM	26/09/2017	Fiança Bancária e Recebíveis	TJLP	1,98%	15/01/2019	Mensal	-	15/01/2033	Mensal
BNDES Subcrédito - G	9	2.980	2.989	SIM	26/09/2017	Fiança Bancária e Recebíveis	TJLP	1,98%	15/03/2019	Mensal	-	15/03/2033	Mensal
BNDES Subcrédito - H	19	5.661	5.681	SIM	26/09/2017	Fiança Bancária e Recebíveis	TJLP	1,98%	15/01/2019	Mensal	-	15/07/2032	Mensal
Debêntures - Banco Itaú	-	74.000	74.000	SIM	12/12/2017	Pênhor de Ações e Cessão Fiduciária dos direitos creditórios	IPCA	6,80%	15/03/2019	Final Contrato	-	15/09/2030	Final Contrato
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures Moeda Nacional	4.236	391.701	395.936										

b. Composição do endividamento e dívida líquida

a) Composição do endividamento e dívida líquida - CP

	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal CP + Juros CP	Total 2018	Total 2017
Dívida Bruta					
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	8.519	13.121	21.640	21.640	-
Ativos Financeiros					
Alta Liquidez	-	-	(44.259)	(44.259)	-
Dívida Líquida	8.519	13.121	-22.619	-22.619	-

b) Composição do endividamento e dívida líquida - LP

	Juros de longo prazo	Principal longo prazo	Principal LP + Juros LP	Total 2018	Total 2017
Dívida Bruta					
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	4.236	391.701	395.936	395.936	388.442
Ativos Financeiros					
Alta Liquidez	-	-	(44.259)	(44.259)	(58.399)
Dívida Líquida	4.236	391.701	351.677	351.677	330.044

BNDES

Com o objetivo de liquidar todos os empréstimos pontes iniciais associados com a implementação do projeto Odoyá, a Companhia celebrou junto ao BNDES contrato de longo prazo com taxas TJLP314 + 1,98% mais estáveis, portanto trocando o perfil de endividamento de exigibilidades circulantes para não-circulante. O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas “covenants” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência. Em 31 de dezembro de 2018, todas as cláusulas restritivas “covenants” estabelecidas no contrato de financiamento foram cumpridas satisfatoriamente pela Companhia (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida e Índice de Capital Próprio).

Os vencimentos das parcelas do circulante e não circulantes são os seguintes:

	31/12/2018
2019	12.950
2020	15.316
2021	16.544
Após 2022	292.000
Total das obrigações	336.811

Debêntures

Com o objetivo de financiar custos associados ao Projeto Odoyá a Companhia teve sua primeira emissão de debêntures devidamente aprovadas mediante AGE e nos termos da instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº476 “Instrução CVM 476”, sendo estas debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação. Os Coordenadores (Itaú e Citibank) são instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, devidamente autorizados a operar no mercado de capitais, e concordaram em realizar a distribuição das debêntures junto ao público com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de subscrição. A garantias reais são outorgadas em benefício conjunto do BNDES e dos debenturistas, representados pelo agente fiduciário, e compartilhadas nos termos, pari passu e em mesmo grau de senioridade, proporcionalmente ao saldo devedor com o BNDES e os debenturistas, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão (compartilhamento das garantias reais). Em 12 de dezembro de 2017 observou-se a liberação financeira de R\$74.000 conforme divulgado no quadro de composição dos financiamentos acima com o respectivo vencimento e taxa de juros aplicáveis.

	31/12/2018
2019	8.514
2020	8.285
2021	10.056
Após 2022	55.659
Total das obrigações	82.514

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social subscrito é de R\$ 112.750.500, dividido em 112.750.500 ações ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Como não houve alteração o capital social da Companhia é composto como se segue para 31/12/2017 e 31/12/2018:

Composição acionária Quotistas	31/12/2018		
	Qntd Ações	%	Valor (Em Reais)
Cymi Construções e Participações S.A.	112.750.500	50,00%	112.750.500
Brasil Energia Fundo de investimentos em participações	112.750.500	50,00%	112.750.500
Total	225.501.000	100%	225.501.000

b. Política de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de Incentivos Fiscais

Conforme laudo constitutivo nº0130/2018 de reconhecimento do direito ao benefício à redução do IRPJ emitido em 21 de setembro de 2018 foi garantido à Odoyá Transmissora de Energia S.A. pelo diretor de gestão de fundos e incentivos e de investimentos da Superintendencia do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027.

Os acionistas em comum acordo abrem mão da constituição dos dividendos mínimos obrigatórios por razões de planejamento financeiros estratégicos, bem como consequente reinvestimento na própria Companhia.

15 Receita

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	31/12/2018	31/12/2017
Receita anual permitida	70.557	31.865
Receita Financeira	-	405
	<hr/>	<hr/>
	<u>70.557</u>	<u>32.270</u>
	 31/12/2018	 31/12/2017

Receita bruta	70.557	32.270
(-) PIS e COFINS	(6.718)	(2.948)
(-) P&D ,FNDCT e MME	(880)	(320)
	62.959	29.002
Receita líquida	62.959	29.002

16 Custos gerenciáveis

	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal	-	(98)
Material	-	(12)
Serviços de terceiros (i)	(7.301)	(5.513)
Outras despesas	(659)	(397)
Despesas com depreciação	(17.907)	(6.650)
	(25.867)	(12.670)
	(25.867)	(12.670)

- (i) Refere-se substancialmente a serviços de Operação e Manutenção, serviço de gestão empresarial , serviços de assessoria jurídica , assessoria contábil e serviços de telecomunicação.

16.1 Pessoal

	31/12/2018	31/12/2017
Remuneração	-	(70)
Encargos	-	(25)
Provisão férias e decimo terceiro	-	14
Assistencia medica e odontológica	-	(6)
Vale alimentação	-	(5)
Outros	-	(4)
	-	(98)
	-	(98)

17 Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

O IRPJ e CSLL correntes da companhia são apurados com base na sistemática do lucro real desde 01 de janeiro de 2017.

De acordo com esse método o Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados com base em percentuais pré-estabelecidos das receitas de serviços aplicando 15% + 10% de adicional para o IRPJ e 9% para a CSLL sobre montante apurado.

Em 2018 e 2017 pelo regime de Lucro Real

Como a alteração de regime de tributação para o Lucro Real a partir de 01 de Janeiro de 2017 e tendo em vista à apresentação de prejuízo fiscal, a Companhia não obteve despesas de IR e CSLL

correntes registradas em 31 de dezembro de 2017.

Em 29 de dezembro de 2017 a companhia obteve um Incentivo fiscal junto a SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, onde obtivemos a redução do IRPJ em 75% e Adicionais com o prazo de vigência do benefício de 01 de Janeiro de 2017 à 31 de dezembro de 2026 (10 anos) conforme Laudo Constitutivo nº 0242/2017.

A companhia começou a utilizar do Incentivo Fiscal a partir do exercício de 2018, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2018					31/12/2017		
	Base de Cálculo	Alíquotas	Total do IRPJ antes do Incentivo	(-) SUDENE - Redução do IRPJ em 75%	Total	Base de Cálculo	Alíquotas	Total
IRPJ Corrente	8.645	15% + 10% Adicional	2.939	(2.939)	0	-	-	-
CSLL Corrente	8.645	9%	-	-	407	-	-	-
					407			0
					407			0

18 Resultado Financeiro

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras	4.051	-
Tarifas Bancárias	(151)	-
IOF	(39)	(397)
Juros e Multas	(208)	-
Comissões	(80)	-
Outras Despesas Financeiras	(8)	(388)
Atualização Monetária Empréstimo	(10.955)	(929)
Juros Empréstimo - LP	(24.780)	(3.731)
	<hr/>	<hr/>
Despesas financeiras	(36.221)	(5.446)
Resultado financeiro líquido	<u>(32.170)</u>	<u>(5.446)</u>

19 Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

Transações	Passivo	Resultado	
	Fornecedores	O&M	G&A
Cymi Construções e Participações (i)	57.817	-	-
Setec Soluções Energéticas (ii)	-	2.472	1.352
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>57.817</u>	<u>2.472</u>	<u>1.352</u>
Cymi Construções e Participações (i)	9.057		
Setec Soluções Energéticas (ii)	-	3.679	1.986
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>9.057</u>	<u>3.679</u>	<u>1.986</u>

- (i) Saldo refere-se ao contrato de gerenciamento EPC (*Engineering, procurement and construction*) em sistema de *turn key* celebrado entre a Companhia e a Cymimasa.
- (ii) a. Valor refere-se aos serviços de operação e manutenção para as instalações da Companhia;
- (ii) b. Valor refere-se ao contrato celebrado entre as partes de serviços e funções de gestão e administração das instalações da Companhia.

20 Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia.

Gerenciamento de riscos

Visão geral - a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a.** Risco de crédito.
- b.** Risco de mercado.
- c.** Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

a. Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	50.066	62.121
Concessionárias e permissionárias	7.562	6.703
	57.628	68.824

- **Caixa e equivalentes de caixa** - Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.
- **Concessionárias e permissionárias** - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: “Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.” São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.
- No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

b. Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia eram respectivamente:

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações financeiras		
CDI	44.259	58.399

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN.

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Ativos Financeiros					
Aplicações financeiras	44.259	Queda da taxa CDI	2.833	2.124	1.416
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	-25%	-50%
			6,40%	4,80%	3,20%

(*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 6,40% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da CDI em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Passivos Financeiros					
BNDES - Subcréditos A - H	335.062	Queda da TJLP	6.869	8.586	10.303
Debêntures - Itaú	82.514	Aumento do IPCA + 6,80%	1.692	2.114	2.537
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	25%	50%
TJLP (%)			2,05%	2,56%	3,08%
IPCA + 6,80 (%)			10,55%	13,19%	15,83%

(*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando TJLP e IPCA médio estimado de 2,05% e 10,55% respectivamente para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Risco de inflação - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Risco de captação - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

c. Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Risco técnico - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a re colocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Riscos regulatórios - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

Risco de seguros - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de

contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

a. Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado
Concessionária e permissionárias	Custo amortizado
Passivos financeiros	
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

b. Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- **Caixa equivalentes de caixa** - contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras.
- **Concessionárias e Permissionárias** - o ativo de contrato no início da concessão é mensurado ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa interna de retorno é calculada baseada no custo de capital próprio e está auferida através de componentes internos e de mercado.

A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo de contrato, através do recálculo da taxa interna de retorno. Desta forma, o valor justo do ativo de contrato mantido pela Companhia foi determinado de acordo com modelo de precificação baseado em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa interna de retorno. A taxa interna de retorno considera as condições do Leilão e dessa forma não sofre alteração pois a Companhia utiliza as premissas utilizadas no início da concessão. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana e a taxa livre de risco, tendo sido esses atualizados com base nas informações disponíveis em 31 de dezembro de 2018. A administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos.

- **Empréstimos e financiamentos** - a Companhia considera que os valores justos para os financiamento existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

c. Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos

instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Descriutivo	31/12/2018			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Caixas e equivalentes de caixa (Nota 9)	50.066	-	-	50.066
Concessionárias e permissionárias (Nota 10)	7.562	-	-	7.562
Empréstimo e Financiamentos (Nota 13)	417.576	-	-	417.576
Total	475.204	-	-	475.204

Descriutivo	31/12/2017			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Caixas e equivalentes de caixa (Nota 9)	62.121	-	-	62.121
Concessionárias e permissionárias (Nota 10)	6.703	-	-	6.703
Empréstimo e Financiamentos (Nota 13)	388.442	-	-	388.442
Total	457.266	-	-	457.266

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

21 Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação em 31 de dezembro de 2018 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Data Vigência	Importância Segurada (R\$ mil)	Prêmio (R\$ mil)
	30/09/2018 a 30/09/2019	150.000.000	381

Risco Operacional Responsabilidade Civil	31/12/2018 a 28/07/2019	30.150.000	86
---	-------------------------	------------	----

22 Compromissos assumidos

Contrato de EPC - Em 05 de Setembro de 2014 a Cymi do Brasil Projetos e Serviços Ltda e a Cymimasa Consultoria e Projetos de Construção Ltda celebraram contrato de empreitada de Materiais e Serviços por preço global, onde as contratadas assumem a implantação do projeto, do fornecimento da construção em regime de empreitada global (regime de EPC), do licenciamento ambiental, das desapropriações, das servidões e em geral, do conjunto de ações necessárias para início da operação comercial. Até o final do ano de 2017 a projeção de custos para o projeto é de R\$ 575.518 conforme quadro abaixo:

	Até 31/12/2017	2018	Total
Contrato EPC	568.155	7.363	575.518

- **Contrato de O&M** - Contrato celebrado em 14 de junho de 2016 com a Setec Soluções Energéticas de Transmissão e Controle Ltda, e tem como objeto a prestação de serviços de operação, manutenção (O&M), gestão e administração (G&A) para as Instalações.

A remuneração G&A será paga mensalmente e é devida a partir da data do primeiro recebimento da Rap pela Companhia. No ano de 2018 foram cobrados R\$1.986 (*R\$1,618 em 2017*).

O contrato tem duração de 5 anos renovável por dois períodos adicionais de 5 anos cada e será ajustado anualmente pelo IPCA. O previsto em contrato a ser pago pela prestação de serviços é R\$ 1.320 por ano.

Com relação a remuneração O&M será paga mensalmente e é devida a partir da data do primeiro recebimento da Rap pela Companhia. No ano de 2018 foram cobrados R\$3.679 (*R\$ 2.2053 em 2017*)

O contrato tem duração de 5 anos renovável por dois períodos adicionais de 5 anos cada e será ajustado anualmente pelo IPCA. O previsto em contrato a ser pago pela prestação de serviços é R\$ 3.240 por ano.

23 Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória

Para fins estatutários, a Companhia seguiu as práticas contábeis vigentes na legislação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014. Desta forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e

regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas demonstrações financeiras societárias com as apresentadas nas demonstrações contábeis regulatórias.

Balanco Patrimonial
Em 31 de Dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

Ativo	2018			2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	50.066	-	50.066	62.121	-	62.121
Concessionarias e permissionarias	7.562	-	7.562	6.703	-	6.703
Impostos a recuperar	1.873	-	1.873	1.046	-	1.046
Outras contas a receber	93	-	93	108	-	108
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	-
Despesas Pagas antecipadamente	373	-	373	426	-	426
Ativo financeiro concessão	-	-	-	-	55.578	55.578
Ativo de Contrato	-	64.087	64.087	-	-	-
	<u>59.967</u>	<u>64.087</u>	<u>124.054</u>	<u>70.404</u>	<u>55.578</u>	<u>125.982</u>
Não Circulante						
Ativo financeiro concessão	-	-	-	-	647.639	647.639
Ativo de Contrato	-	655.367	655.367	-	-	-
Imobilizado	610.577	(610.573)	4	622.150	(622.146)	4
Intangível	3.008	(3.008)	-	3.008	(3.008)	-
	<u>613.585</u>	<u>41.786</u>	<u>655.371</u>	<u>625.158</u>	<u>22.485</u>	<u>647.643</u>
Total do Ativo	<u><u>673.552</u></u>	<u><u>105.873</u></u>	<u><u>779.425</u></u>	<u><u>695.563</u></u>	<u><u>78.063</u></u>	<u><u>773.625</u></u>
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	242	-	242	11.078	-	11.078
Empréstimos e financiamentos	21.640	395.936	417.576	3.939	-	3.939
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	-	-	-	-
Obrigações fiscais	1.733	-	1.733	1.892	-	1.892
Taxas regulamentares	392	-	392	189	-	189
Partes relacionadas	9.057	-	9.057	57.817	-	57.817
Provisões	3.894	-	3.894	-	-	-
	<u>36.958</u>	<u>395.936</u>	<u>432.894</u>	<u>74.915</u>	<u>-</u>	<u>74.915</u>
Empréstimos e financiamentos	395.936	(395.936)	-	384.503	-	384.503
Impostos Diferidos	-	92.614	92.614	-	81.929	81.929
	<u>395.936</u>	<u>(303.322)</u>	<u>92.614</u>	<u>384.503</u>	<u>81.929</u>	<u>466.432</u>
Patrimônio líquido						
Capital Social	225.501	-	225.501	225.501	-	225.501
Reserva de lucros	7.703	(10.424)	(2.721)	6.778	-	6.778
Lucros (prejuízos) acumulados	7.454	23.685	31.140	3.864	(3.864)	-
	<u>240.658</u>	<u>13.262</u>	<u>253.919</u>	<u>236.143</u>	<u>(3.864)</u>	<u>232.279</u>
Total Patrimônio líquido	<u><u>240.658</u></u>	<u><u>13.262</u></u>	<u><u>253.919</u></u>	<u><u>236.143</u></u>	<u><u>(3.864)</u></u>	<u><u>232.279</u></u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	<u><u>673.552</u></u>	<u><u>105.873</u></u>	<u><u>779.425</u></u>	<u><u>695.562</u></u>	<u><u>78.063</u></u>	<u><u>773.626</u></u>

Demonstrações do Resultado
Em 31 de Dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

	2018			2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	62.959	25.019	87.978	29.002	321.683	350.686
Custo de Construção	-	(6.333)	(6.333)	-	(283.003)	(283.003)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	62.959	18.686	81.645	29.002	38.680	67.683
Custos gerenciáveis parcela "B"						
Pessoal	-	-	-	(98)	-	(98)
Material	-	-	-	(12)	-	(12)
Serviços de terceiros	(7.301)	-	(7.301)	(5.513)	-	(5.513)
Outras despesas	(659)	-	(659)	(397)	-	(397)
Despesas com depreciação	(17.907)	17.907	-	(6.650)	6.650	-
	(25.867)	17.907	(7.960)	(12.670)	6.650	(6.020)
Resultado da atividade de concessão	37.092	36.593	73.685	16.332	45.330	61.663
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	4.051	-	4.051	-	1.537	1.537
Despesas financeiras	(36.221)	-	(36.221)	(5.446)	(35.864)	(41.310)
	(32.170)	-	(32.170)	(5.446)	(34.327)	(39.773)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	4.922	36.593	41.515	10.886	11.003	21.890
Imposto de renda e contribuição social corrente	(407)	-	(407)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	(12.908)	(12.908)	-	(7.443)	(7.443)
Lucro /Prejuízo do exercício	4.515	23.685	28.200	10.886	3.560	14.448

23.1 Ativo financeiro

As receitas de desenvolvimento da infraestrutura, incorridas na fase de construção da linha de transmissão, foram contabilizadas conforme os pronunciamentos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e CPC 30 (R1) - Receitas e a interpretação ICPC 01 (R1), respeitando o regime de competência e adotando o método de apropriação linear da receita de operação e manutenção.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Empresa, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, abrangendo:

- (i) parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente; e
- (ii) parcela remanescente (valor residual) será classificada como um ativo financeiro em virtude de sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público com direito incondicional de receber caixa em função da inexistência de riscos de crédito e demanda.

A infraestrutura recebida ou construída de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores durante o prazo da concessão; e
- (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, sendo esta parcela a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

23.2 Ativo de Contrato

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de

transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno (“TIR”) de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Para fins de demonstração financeira societária ressaltamos que com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo de Contrato”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.
- ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção.
- iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio do fluxo de caixa descritos a seguir:

Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador

Nacional do Setor Elétrico (“ONS”) conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

23.3 Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção da ICPC 01 (R1) nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo financeiro, vide nota de ajuste 23.1. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

23.4 Impostos diferidos e correntes

Conforme detalhado na nota de ajuste 23.3, os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes. Essa rubrica é composta pelo pis e cofins diferidos e IRPJ e CSLL diferidos e efeitos do imposto corrente sobre a Rap (receita anual permitida).

23.5 Patrimônio líquido

	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio líquido societário	253.919	232.278
Efeitos dos ajustes entre a contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro	-	(703.217)
Ativo de Contrato	(719.454)	-
Imobilizado e intangível	613.581	625.154
impostos diferidos	92.614	81.929
Patrimônio líquido regulatório	240.658	236.143

O efeito positivo acima demonstrado é decorrente da diferença entre a contabilidade societária x regulatória, decorrente da aplicação da ICPC 01 (R1), líquido de impostos, reconhecido para fins societário e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

23.6 Receita e Custo de Construção

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e indenização e remuneração do ativo financeiro, quando aplicável, decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1). A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão na fase de operação e os efeitos da ICPC 01 (R1) são desconsiderados.

A composição dos ajustes líquidos produzidos pela aplicação do ICPC 01 está demonstrada a seguir:

	2018			2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional bruta						
Receita anual permitida - RAP	67.517	(67.517)	-	31.865	(31.865)	-
Receita de OTEE- Não Faturamento	3.040	(3.040)	-	-	-	-
Receita de Construção	-	-	-	-	322.511	322.511
Receita de operação e manutenção	-	-	-	-	1.941	1.941
Receita de remuneração do ativo financeiro	-	-	-	405	59.769	60.174
Outras receitas	-	6.047	6.047	-	2.116	2.116
Receita de O&M - Ativo de Contrato	-	8.494	8.494	-	-	-
Remuneração do Ativo de Contrato	-	77.081	77.081	-	-	-
Receita de Construção - Ativo de Contrato	-	7.068	7.068	-	-	-
	<u>70.557</u>	<u>28.133</u>	<u>98.690</u>	<u>32.270</u>	<u>354.472</u>	<u>386.742</u>
Deduções da receita operacional						
Pis e Cofins	(6.718)	(3.114)	(9.832)	(2.948)	(32.789)	(35.737)
P&D, FNDCT e MME	(880)	-	(880)	(320)	-	(320)
Receita operacional líquida	62.959	25.019	87.978	29.002	321.683	350.686
Custo de Construção	-	(6.333)	(6.333)	-	(283.003)	(283.003)

23.7 Depreciação e amortização

Os ajustes nesta rubrica são decorrentes dos custos de depreciação e amortização dos ativos de transmissão, na contabilidade regulatória, considerados como ativos financeiros na contabilidade societária.

23.8 Resultado financeiro

A composição dos ajustes líquidos produzidos pela aplicação do ICPC 01 e outros está demonstrada a seguir:

- 16.18.1 Ajustes ICPC 01
- 16.18.1.1 Encargos sobre empréstimos em empreendimentos em construção

No contexto regulatório são considerados como imobilizado e em contra partida no contexto societário, por força do ICPC01, são considerados ativos financeiros.

As receitas de aplicações financeiras também foram reconhecidas no resultado financeiro para fins societários.

A Companhia encontra-se em fase pré operacional e parte operacional por isso para fins regulatórios esses custos são capitalizados.

23.9 Imposto de renda e contribuição social corrente

Para fins regulatórios os ajustes ocorreram pois a Companhia encontra-se parte pré operacional e parte operacional, por isso o valor do imposto corrente reconhecido no resultado foi proporcional a receita de transmissão. Em 2017 não houveram impostos correntes.

23.10 Lucro / prejuízo líquido

	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo do exercício societário	28.199	14.448
Efeitos dos ajustes entre a contabilidade societária versus regulatória		
Receita	(28.133)	(354.472)
Pis/ Cofins	3.114	32.789
Custo de Construção	6.333	283.003
Despesa de depreciação	(17.907)	(6.650)
Resultado financeiro	-	34.327
IR/ CS Diferidos e correntes	12.908	7.443
Lucro / prejuízo exercício regulatório	4.515	10.886

Atualização do ativo financeiro da concessão, Receita de Construção (ICPC 01)

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e remuneração do ativo financeiro, decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1). A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão eliminando assim os efeitos da ICPC 01 (R1).

Deduções da receita, PIS e Cofins diferidos

Todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

Custos de Construção

Todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias.

Resultado financeiro

Os efeitos do pronunciamento técnico CPC 20, que diz que os custos do empréstimos não são elegíveis de capitalização foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias.

Despesa de depreciação

As despesas de depreciação e amortização referentes o ativo imobilizado/intangível, reconhecido para fins regulatório, são apropriadas no resultado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes

Todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

* * *